

## **Biografias cruzadas: intelectuais, Partido dos Trabalhadores e interpretação do Brasil**

Fernando Perlatto \*

**Resumo:** O artigo analisa a relação entre intelectuais e o Partido dos Trabalhadores (PT), buscando perceber alguns aspectos: 1) a importância dos intelectuais no processo de formação do partido; 2) o encontro entre uma interpretação do país formulada pelos intelectuais (*populismo e patrimonialismo*) e os movimentos sociais – sobretudo o movimento operário – no processo de formação do partido; 3) algumas transformações que ocorreram nos últimos anos – institucionalização partidária, crise do socialismo, governo Fernando Henrique Cardoso e avanço do neoliberalismo no país, ascensão de Lula ao poder –, que tiveram impacto, por um lado, na trajetória de alguns intelectuais de destaque do partido e, por outro, na própria interpretação que o partido faz do Brasil, rompendo com a perspectiva de *ruptura* com o passado;

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores (PT); intelectuais; interpretação;

**Abstract:** This article analyzes the relationship between intellectuals and the Workers' Party, searching realize some things: 1) the importance of intellectuals in the PT's formation; 2) the encounter between an interpretation about the country made by the intellectuals (*populism and patrimonialism*) and social movements – especially, the labor movement – in the PT' formation; 3) some changes that have occurred in recent years – the party institutionalization, the crisis of socialism, the Fernando Henrique Cardoso's government and the advancement of neoliberalism in the Brazil, rise of Lula to power –, which had impact, on the one hand, on the trajectory of some prominent intellectuals of the party, and, in the other hand, in the interpretation that the party makes about the country, breaking with the prospect of *rupture* with the past.

**Key-words:** Workers' Party; intellectuals; interpretation;

### **Introdução:**

Os momentos de transição e mudanças mais significativos da sociedade são marcados pela disputa acerca de projetos e perspectivas sobre aquilo que virá. O novo torna-se objeto de contestação e enfrentamento pelos grupos que desejam obstruí-lo, sofrendo a pressão do velho, que insiste em permanecer e que procura manter de todas as formas sua influência. Os anos que testemunharam o processo de redemocratização no Brasil trazem marcas características da dialética velho/novo, conservação/superação. Conforme destaca Eli Diniz, os anos 80 caracterizaram-se por uma crise de refundação da sociedade brasileira. Nessa

---

\* Mestrando em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

conjuntura, “o imperativo de ruptura com o passado veio à tona, radicalizando a agenda de mudanças” (DINIZ, 1999: 27). Segundo a autora, momentos como este nos quais ocorrem abalos dos alicerces de um dado padrão de expansão capitalista, favorecem a abertura de espaço para a definição de novas alternativas e “constituem um estímulo à reflexão sobre o papel de atores estratégicos na redefinição da antiga ordem, vindo à tona a discussão sobre a capacidade diferencial de respostas aos múltiplos desafios” (Idem: 12).

No decorrer do processo de redemocratização do Brasil ocorreram intensos debates acerca do futuro do país e sobre qual modelo de sociedade seria levado adiante. Os intelectuais tiveram grande participação nesse processo, disputando idéias, elaborando posições e expondo publicamente suas propostas sobre o destino da nação. Segundo Daniel Pécaut, nos anos 70 e 80, a intelectualidade assumiu a posição de uma espécie de partido, desempenhando papel central na luta pela democratização (PÉCAUT, 1990). Livros em forma de “manifestos” democráticos tiveram grande impacto, como *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho (1981), *Direito, cidadania e participação*, organizado por Francisco Weffort, Bolívar Lamounier e Maria Vitória Benevides (1981), *Cultura e democracia*, de Marilena Chauí (1981) e *Por que democracia?*, de Weffort (1984) e foram objetos de intensos e apaixonados debates. Os intelectuais passaram a atuar neste momento como um grupo articulado de oposição, com maior gravitação e definições sobre inúmeros temas cujo alcance transcendia o âmbito das demandas corporativas (GARCIA, 1985), influenciado decisivamente na disputa sobre qual modelo de modernidade seria seguido pelo país. Confirmando os traços de sua identidade manheimiana, os intelectuais reencontravam a tradição da *intelligentsia* nacional, caracterizada pela participação na vida pública (VIANNA, 2004).

Com o fim da ditadura, havia a disputa hegemônica acerca de qual projeto de modernização seria implantado no país. Conforme destaca Fernando Henrique Cardoso, “depois de anos de crítica ao autoritarismo, à exclusão social e à exploração econômica da maioria da população, os textos dos cientistas sociais começam a falar do novo” (CARDOSO, 1984: 9). A questão não era mais a *resistência*, mas a disputa pelo *novo*, mesmo que este novo viesse muitas vezes imbricado pelo antigo. Diferentes táticas pululavam nos debates e, embora a democracia fosse o ponto comum que unia estes setores como objetivo estratégico, havia evidentes diferenças sobre a forma de alcançá-la e o conteúdo que esta teria.

No decorrer dos anos 80, os partidos passaram a exercer papel de destaque no processo de modernização brasileira e muitos intelectuais buscaram estes instrumentos políticos, visando levar adiante suas propostas de transformação da sociedade. Embora o PT não seja

“filho de uma teoria, mas de práticas” (VIANNA, 2006), desde a sua fundação ele exerceu grande atração sobre importantes setores da intelectualidade brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda e Mário Pedrosa<sup>1</sup>, Antonio Candido e Paul Singer<sup>2</sup>, e Florestan Fernandes<sup>3</sup>. Vindos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) – como Francisco Weffort<sup>4</sup> e Marilena Chauí<sup>5</sup> –, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – como Francisco de Oliveira<sup>6</sup> –, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – como Carlos Nelson Coutinho<sup>7</sup> – ou de outras origens e, portanto, portadores de diferentes culturas políticas, estes intelectuais procurarão espaço para que suas visões de mundo prevalecessem e suas análises tivessem legitimidade, de modo a influenciar os rumos do partido.

A relação dos intelectuais com o PT, contudo, será marcada, na maior parte das vezes, por contradições, conflitos e embates. Assim como a maioria dos partidos de esquerda que tiveram participação ativa dos intelectuais, o PT enfrentou, desde o início, uma espécie de “obreirismo” exasperado. Conforme destaca Paul Singer, desde a assembléia de fundação, havia em grande número no partido aqueles que eram contrários à adesão de intelectuais e parlamentares, temendo a influência pequeno-burguesa desses setores, que poderiam desvirtuar a idéia da organização operária (SINGER, 1980). Para Francisco de Oliveira, a confluência entre intelectuais e trabalhadores na formação do PT foi mais aparente do que real, na medida em que os sindicalistas – sempre refratários aos intelectuais – estavam imbuídos do antiintelectualismo que, segundo o autor, “foi uma espécie de praga nas experiências do sindicalismo em escala mundial” (OLIVEIRA, 2006: 300). Além disso,

---

<sup>1</sup> Mário Pedrosa e Sérgio Buarque de Holanda estavam entre os seis primeiros signatários do Manifesto de Lançamento do PT (ABRAMO, 1980: 8).

<sup>2</sup> Na sessão do Colégio Sion, que marcou a criação do PT, Antonio Candido teve atuação discreta, sentado, entre dois companheiros oriundos do Partido Socialista Brasileiro (PSB): o economista Paul Singer e o filósofo Arthur Gianotti (FORTES, 2007). Tanto Antonio Candido, quanto Paul Singer tiveram atuação destacada na vida partidária, organizando seminários e eventos ligados ao PT e a temáticas da esquerda (SINGER, 2006).

<sup>3</sup> Florestan Fernandes foi eleito deputado para a Constituinte pelo PT em 1986 e reeleito em 1990, tendo atuação partidária ativa. Sobre a relação de Florestan com o PT, bem como de sua atuação enquanto político.

<sup>4</sup> Francisco Weffort foi uma das grandes “lideranças” teóricas do CEDEC, instituto criado em 1976. Atuou como Secretário Geral do PT de 1984 a 1988, porém, anos mais tarde, rompeu com o partido e virou Ministro da Cultura do Governo Fernando Henrique Cardoso.

<sup>5</sup> Marilena Chauí também participou do CEDEC e sempre possuiu laços orgânicos com o partido, escrevendo diversos textos importantes para a formulação teórica do PT. Após as denúncias que atingiram o Governo Lula em 2005, ela talvez tenha sido o principal alvo da grande mídia na polêmica que ficou conhecida como “silêncio dos intelectuais”.

<sup>6</sup> Francisco de Oliveira atuou como assessor da Sudene junto a Celso Furtado, participou do CEBRAP e militou durante muitos anos no PT, rompendo com este partido recentemente, com uma série de críticas sobre ao mesmo. Após este rompimento, Oliveira foi para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

<sup>7</sup> A despeito de ter militado durante anos no PCB, Carlos Nelson Coutinho foi para o PT nos anos 80, onde, junto com Leandro Konder, contribuiu para imprimir a discussão gramsciana no partido e produziu textos relevantes – sobretudo *A democracia como valor universal* – que tiveram importância no debate sobre a tática e estratégia do partido. No início do Governo Lula, Coutinho – ao lado de Konder e outros intelectuais – rompeu com o partido e vai para o PSOL.

convém destacar que quando da fundação do partido havia uma perspectiva crítica quanto à ideal de que sobre o povo deveria pairar um educar, estando as virtudes políticas já presentes no povo.

Emir Sader destaca que, embora o PT tenha incorporado uma parte da intelectualidade preexistente e se associado a outros intelectuais emergentes na sua história, “sua prática política não iluminou uma nova prática teórica, não definiu novas problemáticas e nem orientou novas modalidades de produção intelectual”, assumindo cada vez mais um caminho empírico e programático (SADER, 2003: 17). Apesar de não ter conferido papel protagônico aos intelectuais e da relação destes com o partido não ter sido sempre amistosa, fato é quando da criação do PT e no decorrer de sua história, os intelectuais desempenham papel importante e muitas das interpretações do país por eles elaboradas exerceram papel decisivo para os rumos que o partido tomaria.

## **2) PT: encontro entre interpretações e o movimento operário**

Não é exagerado dizer que o PT nasce do encontro entre uma determinada interpretação de país com os movimentos sociais organizados no contexto da redemocratização, com destaque para os sindicatos e as comunidades eclesiais de base. Duas formas de interpretar a história do Brasil contribuirão para prover os argumentos capazes de sustentar a necessidade da criação de um *novo sujeito político*, que fosse capaz de romper com o nosso passado patrimonialista e populista. Tanto o conceito de *populismo*, quanto o de *patrimonialismo* fornecerão as chaves conceituais que serão mobilizadas pelos atores sociais que constituíram o PT na conjuntura da redemocratização.

A chamada “teoria do populismo” vai se tornar, a partir dos anos 60 e, particularmente após o golpe militar de 1964, a linguagem comum daqueles que se colocavam em uma perspectiva crítica tanto ao Estado – encarado como *locus* de dominação e de obstrução para a construção de interesses e identidades de classe autônomas –, quanto às coalizões pluriclassistas entre as elites modernas e tradicionais com o sindicalismo jurisdicionado pela estrutura corporativa. Francisco Weffort – talvez um dos autores mais citados neste contexto e que mais tarde se tornará Secretário-Geral do PT – pode ser considerado como um representante *tout a court* desta perspectiva. O núcleo de estudo de Weffort concentrar-se-á no problema da “autonomia-heteronomia” do comportamento operário e sindical, levando-o a tecer críticas ferrenhas ao que denomina como “sindicalismo populista”, que teriam, segundo ele, as seguintes características:

No plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e *colaboração de classes*; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas “organizações paralelas”, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, de *corte corporativista e apêndicula ao Estado*; finalmente, a nível político, *subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda*, por Goulart e por outros populistas fiéis à tradição de Vargas. Atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma *aproximação e subordinação* crescentes ao regime populista, para quebrar em 1964 e desaparecer com o regime ao qual associara seu destino (WEFFORT, 1972: I.2-3, grifos meus).

Segundo Weffort, “o imposto sindical, desde que foi estabelecido em 1940, constituiu-se na condição fundamental da dependência dos sindicatos” e, por conseguinte, na criação do sindicalismo populista (Idem: II, 32). Criticando o processo de “politização” e institucionalização do sindicalismo populista, sobretudo nos anos 50 e 60, Weffort aponta para o fato dele ter se subordinado à ideologia nacionalista e se voltado para uma política de reformas e de colaboração de classes. De acordo com o autor, os sindicatos brasileiros, liderado pelo PCB, teriam se transformado em associações onde a ênfase maior seria dada à mobilização política que interessava ao Governo, em detrimento de suas funções de representação dos interesses econômicos da classe operária. A aliança com Vargas assumida por setores importantes do movimento operário – principalmente sob a liderança do PCB – teria conduzido ao funcionamento da estrutura sindical oficial para os fins de subordinar a classe operária ao Estado. Diante desta postura dos comunistas, a democracia brasileira parecia condenada a ser também uma democracia corporativa (Idem: II, 27-35).

A tese de Francisco Weffort só pode ser entendida com clareza a partir da compreensão dos debates que pululavam no campo da esquerda após o golpe militar de 1964. Em um contexto marcado pela derrota, a busca dos “culpados” é uma prática recorrente para tentar explicar o fracasso de um empreendimento que, a princípio, parecia fadado à vitória. Como explicar a facilidade com que ocorrera o golpe militar? De que maneira explicar a ausência de uma resistência mais ativa à investida dos militares contra o poder? Como entender o desmoronamento daquele edifício da esquerda que parecia tão vivo e atuante nos anos anteriores, que atuara tão fortemente na luta pelas “reformas de base”, do governo Goulart? Entre mortos e feridos, tornara-se essencial no campo das esquerdas, encontrar o “bode expiatório”.

Neste contexto, ao PCB, partido hegemônico na esquerda do período, é adjudicado este papel. Seu gradualismo reformista, tal qual enunciado na *Declaração de Março de 58*, suas táticas “desastrosas” e “oportunistas” durante os anos 50 e início dos 60, são tomadas

como responsáveis diretas pela vitória do golpe militar. O golpe militar seria a melhor evidência do que havia de equívoco no projeto nacional-reformador de estilo populista, apoiado pelo PCB. Interpretando as raízes da falência da democracia do regime de 1946, uma série de estudos – sobretudo desenvolvidos pela Escola de Sociologia a USP – procurava denunciar o reformismo populista e a forma do Estado do iberismo territorialista, bem como sinalizar em direção a uma via de *ruptura* com o capitalismo autoritário brasileiro.<sup>8</sup> O derruimento das alianças pluriclassistas devia ser substituído pelo tema da *identidade e da autonomia de classes*. Conforme destaca Werneck Vianna, “da configuração classe-identidade-interesse chegar-se-ia contra a exploração capitalista, e, dela, ao confronto com o Estado autocrático que a garantia” (VIANNA, 2004: 52).

A crítica desenvolvida por Francisco Weffort ao PCB em sua tese de livre-docência, colocando-o como um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do populismo no Brasil e, conseqüentemente, pela fragilidade da classe operária diante do golpe de 1964, será por ele desenvolvida com mais acuidade no decorrer dos anos 70 e 80. Suas objeções à cultura política nacional-desenvolvimentista e ao populismo, procurando, dessa forma, fundar cientificamente a legitimidade de um novo *ator, de corte classista e sem vínculos com a tradição nacionalista e populista*, tão bem exemplificado, segundo ele, pelo PCB, influenciarão diversos pesquisadores e encontrarão eco em outros trabalhos desenvolvidos neste período, que terão conseqüências pragmáticas de suma importância no processo de democratização do Brasil.

A idéia de criação de um *novo sujeito político*, organizado de maneira *autônoma* pela classe operária, é que guiará a criação, em 1976, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), sob liderança de Weffort, instituição de suma importância para a posterior fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta instituição nasce, portanto, com a pretensão de construir um instrumento partidário autônomo, com base nos movimentos sociais, buscando-se diferenciar não apenas do PCB, mas também do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Articulado, sob o comando de Francisco Weffort, setores da tradição uspiana que se colocavam à esquerda, o CEDEC teria um forte papel na elaboração de uma nova plataforma política para o país (LAHUERTA, 2001). O encontro do *Verbo* destes intelectuais com a *Ação*, representada pelo “novo sindicalismo”, na arguta definição de Daniel Aarão Reis (REIS, 2005), será fundamental para a constituição do PT.

---

<sup>8</sup> Além da tese aqui analisada de Weffort (1972) e de sua outra obra já citada sobre o populismo na política brasileira (1978), destacam-se, entre outros: IANNI, Octavio. (1971), *O Colapso do Populismo no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; CARDOSO, Fernando Henrique. (1964), *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, São Paulo, Difel.

Apesar de nascido das entranhas do sindicalismo corporativo – daí a explicação para uma série de continuidades desta estrutura –, o “novo sindicalismo” apresentará uma série de inovações frente a ele, voltando-se para o interior das fábricas e buscando horizontalizar a representação sindical, o que possibilitou uma ampliação das pautas de reivindicação nas negociações coletivas, que passaram a incluir demandas de organização por locais de trabalho, ao lado da melhoria das condições de trabalho e de novos direitos. A crítica ao sindicalismo populista e a idéia da “autonomia sindical” teriam sido os motes a guiarem a atuação do “novo sindicalismo” (CARDOSO, 1999). Não obstante a inicial resistência frente aproximação com partidos, a repressão por parte do regime militar e a politização da sociedade brasileira no final dos anos 70, conduzirão muitas das suas lideranças para as fileiras que darão origem ao PT, que consubstanciará, por conseguinte, este encontro entre a intelectualidade e o “novo sindicalismo”.

Além da tese do populismo, a tese do *patrimonialismo* desenvolvida por Raymundo Faoro em seu clássico *Os donos do poder* – na qual, sob inspiração de Max Weber, busca investigar as causas do nosso *atraso* – exercerá grande influência sobre a imaginação que dará origem ao PT. Nesse texto, o Estado, com sua estrutura de dominação patrimonialista transplantada de Portugal para o Brasil pela via da colonização, teria se constituído como autônomo à sociedade civil e inibidor da livre-iniciativa se convertendo, por conseguinte, em um patrimônio a ser explorado por seus dirigentes. O estamento burocrático operaria nesse sentido obstruindo a ascensão de classes sociais autônomas, o que explicaria o caráter autoritário e excludente da política nacional. Como consequência desse processo, a dominação patrimonial, estamental e burocrática teria se imposto à sociedade civil independente, ao pensamento liberal e ao capitalismo racional. Faoro encarava a história como um “eterno-repetir”, devido à contínua atualização do poder estamental, por meio da “viagem redonda” do patrimonialismo ao estamento, expressa na continuidade secular de uma estrutura político-social resistente a todas as tentativas de transformação, que se estenderia de D. João I a Getúlio Vargas (FAORO, 1975).

A idéia de um Estado patrimonial, autônomo à sociedade civil, que traz em seu bojo a estrutura do atraso e da dominação, que impede a organização das classes sociais na sociedade, encontrará boa acolhida em setores importantes da intelectualidade da esquerda nos anos 70, quando a segunda edição de *Os donos do poder* (1975), veio à tona. O ambiente cultural de luta contra a ditadura propiciará um ambiente cultural favorável para um livro que trazia em seu título a crítica a um poder autoritário, que se repetia num *continuum* pela história brasileira. Nesse sentido, é importante destacar que, a despeito das diferenças

existentes entre as teses do *populismo* e do *patrimonialismo*, fato é que ambas trarão em seu bojo a crítica ao Estado, visto como elemento de cooptação e de obstrução da formação de classes sociais autônomas. A leitura *negativa* da nossa história implicará, por conseguinte, em uma leitura que privilegiava a *ruptura* com o nosso passado, através da organização daquelas classes sociais que haviam ficado permanentemente alijadas do processo de modernização brasileiro. O nacional-desenvolvimentismo e toda a interpretação e forças sociais que lhe eram devotas deveriam ser substituídos por um novo *sujeito político* – sobrepujando, portanto, o PCB, que outrora hegemonizara a esquerda –, capaz de superar o Estado patrimonialista e populista que marcara até então a nossa história.

### **3) Transformações recentes e modificação da interpretação**

No decorrer da história do PT, ocorreram diversas transformações que colocaram os intelectuais petistas diante de uma série de dilemas e contradições. O processo de institucionalização partidária, com o fortalecimento de uma cultura política no interior do partido voltada para o pragmatismo eleitoral, somado às mudanças conjunturais e estruturais – tais como o fim da União Soviética e do chamado “socialismo real”, e o avanço do neoliberalismo no plano mundial, em geral, e no governo Fernando Henrique Cardoso, em particular – provocaram diversos questionamentos e dúvidas à *intelligentsia* ligada ao PT, sobretudo após a eleição de Lula em 2002 e à crise que atingiu seu Governo em 2005. *Pari passu* a esse processo, podemos observar a transformação da interpretação outrora hegemônica do partido, que de crítica frente ao Estado nacional-desenvolvimentista, tido como instrumento de cooptação e conciliação classista e valorizadora de uma perspectiva que privilegiava a *ruptura*, passou a valorizá-lo e a pensar o Brasil em termos de *continuidade*.

Para Emir Sader, no decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso, a esquerda partidária foi se institucionalizando cada vez mais, o que promoveu o distanciamento de vários intelectuais da militância e da intervenção partidária. Segundo ele, “o Partido dos Trabalhadores e a prática teórica da intelectualidade crítica caminharam por vertentes paralelas, olhando-se, mas definindo cada um seus próprios caminhos”, fazendo que pensamento crítico petista não formulasse formas alternativas de ruptura com as políticas neoliberais (SADER, 2003: 15-6). Conforme ressalta Francisco de Oliveira, a ausência de uma proposta clara sobre o socialismo desejado teria levado o PT a fazer uma crítica ao “modelo brasileiro” de maneira superficial, sendo ela mais analítica do que propriamente teórica (OLIVEIRA, 2006: 301).

Na busca por capacitar-se para disputar e vencer as eleições, muitos membros do PT acabaram por se adaptar à “nova ambiência eleitoral”, caracterizada pelo fenômeno da chamada “americanização da política”, na qual os valores de curto prazo passam a ser determinantes do voto, deixando pouco espaço para o debate político e questões ideológicas complexas (LEAL, 2004). Devido a esse processo – que levou à ampliação do arco de alianças e ao pragmatismo na condução das campanhas eleitorais – muitos intelectuais foram sendo alijados das esferas de decisão partidárias, na medida em que o ambiente para a reflexão teórica se reduzia.

Esses dilemas foram intensificados após a chegada de Lula ao poder em 2002, que contribuiu para o afastamento de alguns intelectuais do partido, ao mesmo tempo em que levou alguns intelectuais ao poder. O movimento de distanciamento dos intelectuais não é privilégio do Brasil. Com a chegada ao poder de François Mitterrand na França e Felipe González na Espanha, por exemplo, partidos que outrora possuíam tradição na elaboração teórica deixaram de lado essa característica, fazendo com que muitos intelectuais de esquerda se distanciassem ainda mais destas organizações. A crise que atingiu o Governo Lula em 2005 também promoveu uma série de cobranças sobre os intelectuais ligados ao PT e a expressão “silêncio dos intelectuais” ganhou força na grande mídia, como uma referência à *intelligentsia* que não se manifestou publicamente após as denúncias.

Não obstante este processo de institucionalização partidária e do afastamento de muitos intelectuais das instâncias partidárias, os espaços existentes para a reflexão não cessaram por inteiro. A *Revista Teoria e Debate* e a *Fundação Perseu Abramo* atuaram enquanto estruturas de sociabilidade e espaços privilegiados para o debate e para a produção teórica dos intelectuais ligados ao PT. Criadas, respectivamente, em 1987 e 1996, elas atuaram como *lócus* de reflexão político-ideológico da intelectualidade ligada ao partido, mesmo após o processo de institucionalização do mesmo, não obstante não representarem o movimento geral para o qual se guiava o partido, privilegiando o pragmatismo eleitoral, em detrimento do debate teórico.

Os oito anos de implementação das reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, pautadas no tripé estabilização, privatização do patrimônio estatal e abertura comercial (BOSCHI & LIMA, 2002), somados às transformações que ocorriam no mundo, que se orientavam para um processo de enfraquecimento do Estado e de desregulamentação do mercado de trabalho, contribuíram sobremaneira para promover alterações na própria interpretação do país formulada pelo PT e, por conseguinte, na sua forma de travar as disputas na sociedade. Diante daquela conjuntura política, o que antes era

visto como *entraves* para o desenvolvimento da luta de classes no país, como o Estado, a Constituição de 1988 e o nacional-desenvolvimentismo, passaram a ser cada vez mais valorizados.

A chegada de Lula ao poder e as políticas implementadas sobretudo no seu segundo mandato – com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – coroam a reeleitura do PT com a sua própria história, revalorizando o papel do Estado – inclusive na relação com os sindicatos, trazendo-os para a órbita do Estado, tal qual antes se criticava quando da criação do partido – e rompendo com a perspectiva que privilegiava a *ruptura*, passando a pensar o Brasil em termos de *continuidade*. Não se pretende aqui realizar um juízo de valor acerca desta trajetória, mas apenas assinalar que nos ziguezagues da história, o PT continua a reler a sua história e a reinterpretar o país no curso dos desafios colocados pela conjuntura política.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Perseu. (1980), “Divergências na fundação do PT – Avaliações diferentes das perspectivas de legalização do partido”. *Movimento*, 18-24.
- BOSCHI, Renato & LIMA, Maria Regina Soares. (2002), “O Executivo e a construção do Estado no Brasil: do desmonte da Era Vargas ao novo intervencionismo regulatório” in VIANNA, Luiz Werneck (org.), *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, FAPERJ.
- FAORO, Raymundo. (1975), *Os donos do poder*. Porto Alegre / São Paulo: Ed. Globo / Ed. da Universidade de São Paulo.
- FORTES, Alexandre. (2007), “O Partido dos Trabalhadores na voz de seus fundadores: história oral, memória coletiva e institucionalização”. *Perseu: história, memória e política*. nº1, Ano I. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. (1999), *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal. A Era Vargas acabou?*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1984), “Introdução (quase um prefácio)” in SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- DINIZ, Eli. (1999), *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro Editora, Fundação Getúlio Vargas.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1985), “Os intelectuais e os partidos de esquerda” in SOARES, M. S. Arrosa (org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre, UFRGS.
- LAHUERTA, Milton. (2001), “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Cadernos da AEL*, v. 8, n. 14/15.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. (2004), *Os debates petistas no final dos anos 90: aderir ou não à lógica do mercado eleitoral?*. Rio de Janeiro, Sotese.
- PÉCAUT, Daniel. (1990), *Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Editora Ática.
- SADER, Emir. (2003), *A vingança da história*. São Paulo, Boitempo Editorial.

SINGER, Paul. (1980), “A fundação”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 fev., p.3.

———. (2006), “Crítica e rememoração” in RIZEK, Cibele Saliba & ROMÃO, Wagner de Melo (Orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

OLIVEIRA, Francisco. (2006), “No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil” in NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras.

REIS, Daniel Aarão. (2005), “O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível”. *Revista da USP*, São Paulo, 65, pp. 64-73.

VIANNA, Luiz Werneck. (2004), “A institucionalização das Ciências Sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa” in ----- . *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.

———. (2006), *Esquerda brasileira e tradição republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro, Revan.

WEFFORT, Francisco. (1972), *Sindicatos e Política*. Tese de Livre Docência, USP.